



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SUJEITO PASSIVO : Real Borracha Porto Velho Ltda - EPP
ENDEREÇO : Av. Tancredo Neves, 4002, Caladinho, Porto Velho – RO
PAT Nº : 20182700100654
DATA DA AUTUAÇÃO : 06/12/2018
CAD/CNPJ: : 16.777.505/0001-05
CAD/ICMS-RO : 367766-4

DECISÃO Nº 2021.12.16.02.0109/UJ/TATE/SEFIN

1. Deixar de escriturar Notas Fiscais no Livro de Registro de Entradas – EFD e de recolher o ICMS-ST 2. Defesa tempestiva. 3. Infração ilidida em parte. 4. Ação fiscal parcialmente procedente.

1 – RELATÓRIO

O sujeito passivo, conforme consta nos autos, deixou, no ano de 2013 e 2014, de escriturar e recolher o ICMS-ST relativos à aquisição interestaduais de mercadorias. Em razão dessa irregularidade, foi cobrado o imposto e aplicada a penalidade – multa prevista no art. 77, inciso IV, alínea “a”, item 1, da Lei 688/96.

Tributo ICMS	52.395,14
Multa de 90% - Valor do imposto	59.706,34
Juros	40.170,32
Correção Monetária	13.945,42
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	166.217,22

Não obstante ter sido encaminhada notificação à empresa em 2018, ela foi recebida por pessoa que não fazia parte da empresa, ensejando uma nova notificação (fls. 22). Apesar de a segunda notificação ter sido devolvida (fls. 24) a empresa apresentou defesa em 18/01/2019 (fls. 26 a 33), data em que, nos termos do art. 121, § 3º, da Lei 688/96, considera-se intimada deste Auto de Infração. A defesa foi apresentada de forma tempestiva.

2 – DA DEFESA

O sujeito passivo, em síntese, alega que o lançamento se refere aos anos de 2013 e 2014, e que está prescrito o de 2013, por já ter se passado mais de cinco anos. Alega a nulidade do Auto de Infração pela falta de designação, que não foram observados os princípios da legalidade tributária e da legalidade objetiva. No mérito, alega que além de a empresa não



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

ter sido notificada do início da fiscalização para apresentar os documentos, mas fez os registros das notas, informando, ainda, que já houve uma fiscalização para o ano de 2013 e este lançamento configura uma dupla cobrança. Ao final, pelos argumentos expostos, requer a nulidade do Auto de Infração e que as notificações sejam feitas para o advogado Valter Rincolato na Rua Mario Quintana, 4725, Alphaville, Bairro Rio Madeira, Porto Velho – RO, CEP 76.821-464 e ao Sr. Adolfo Figueiredo na Rua Professor Walter Fernandes, 381, Bairro Sibipiruna, Araguari – MG, CEP 38.445-254.

3 – FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO

O Auto de Infração foi lavrado, segundo a Autoridade Fiscal, em razão de a autuada ter, nos anos de 2013 e 2014, deixado de escriturar e recolher o ICMS-ST relativos à aquisição interestaduais de mercadorias. Para comprovar ausência da escrituração a Autoridade Fiscal juntou aos autos uma lista das Notas Fiscais (fls. 08 a 12), e uma planilha dos cálculos do crédito tributário (fls. 07).

Pelo que consta dos autos, inclusive da defesa da empresa, restou incontroverso a falta de pagamento do ICMS-ST, como também os cálculos do crédito tributário. A questão controvertida ficou sobre a alegação de prescrição e de nulidade do Auto de Infração.

Inobstante à alegação da defesa ser de ter ocorrido a prescrição para o ano de 2013, como não existe lançamento definitivo, a tese será analisada como decadência.

Com relação à decadência, o CTN estabelece duas regras para contagem do prazo decadencial de cinco anos. O primeiro prazo é contado a partir da ocorrência do fato gerador – art. 150, § 4º – aplicável aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, em que o contribuinte declara e recolhe o valor que entende devido; o segundo, contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado – art. 173, inciso I – aplicável aos tributos sujeitos ao lançamento de ofício.

A aplicação destes dispositivos, para os casos em que o sujeito passivo tem o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, restou consolidada, quando, em 2015, o STJ, depois de reiterados julgamentos sobre a questão, inclusive na sistemática do recurso repetitivo, editou a Súmula 555:

Súmula 555 STJ

Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

Assim, pelo enunciado sumular, aquele tribunal firmou o entendimento de que, nas hipóteses do lançamento por homologação, quando o débito não foi declarado pelo contribuinte, aplica-se o prazo decadencial do artigo 173, I, do CTN, posição que ora adoto.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Então, diante da ausência de apuração, declaração do débito e de pagamento do imposto, aplica-se o entendimento consubstanciado na Súmula 555 do STJ, ou seja, o caso em análise está submetido à regra do art. 173, I, do CTN. Assim, como parte do lançamento refere-se às operações realizadas em 2013, o prazo decadencial de cinco anos iniciou sua contagem em 01/01/2014, primeiro dia do exercício seguinte; portanto, o direito de a Fazenda Pública efetuar o lançamento se extinguiu em 31/12/2018. Por essa razão, acolhe-se a preliminar suscitada, pois, apesar de o procedimento ter ocorrido em dezembro de 2018, a notificação da empresa se deu em 18/01/2019, logo, o lançamento foi efetuado fora do prazo legal, e, por isso, o direito da Fazenda Pública, para o ano de 2013, já se encontrava extinto pela decadência.

No que diz respeito à nulidade do Auto de Infração pela falta de designação, que não foram observados os princípios da legalidade tributária e da legalidade objetiva, deve se esclarecer para esse ponto que a Autoridade Fiscal estava designada pela DFE 20182500100022, sendo que a multa aplicada foi a prevista na lei para ação ou omissão que resulte na falta de pagamento, o que foi indicado nesse caso. Acrescenta-se que o procedimento fiscal atendeu o art. 100 da lei 688/96, motivo pelo qual rejeita-se a nulidade apontada.

Quanto à alegação de que não ter sido notificada do início da fiscalização e que fez o registro das Notas Fiscais, destaca-se que a autuação deu-se por falta de pagamento e a empresa não junta qualquer prova de que efetuou esses recolhimentos, ou seja, de seu ônus não se desincumbiu. Ademais, a ciência do Termo de Início de Fiscalização tem como finalidade afastar a espontaneidade do contribuinte, porém, neste caso, isso somente se deu após a ciência do Auto de Infração. Ou seja, mesmo após o Auditor ter iniciado o processo de fiscalização e lavrado o Auto de Infração, a espontaneidade do contribuinte só foi afastada com a ciência do Auto. Assim, a ausência de notificação ao sujeito passivo, além de se tratar de mera irregularidade, não gerou prejuízo à defesa, ao contrário beneficiou a empresa, porque, mesmo durante o procedimento fiscal, poderia ter feito denúncia.

Em razão do reconhecimento da decadência para o ano de 2013, deixa de analisar a alegação de existir, quanto esse ano, dupla cobrança, pois, ao declarar a decadência para esse período, a tese restou-se prejudicada. Assim, o Crédito Tributário deve ser recalculado, excluindo o ano de 2013 e mantendo o de 2014, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Credito Tributário	Original	Excluído 2013	Devido 2014
Tributo ICMS	52.395,14	29.926,11	22.469,03
Multa de 90% - Valor do imposto	59.706,34	34.849,56	24.856,78
Juros	40.170,32	25.376,66	14.793,66
Correção Monetária	13.945,42	8.795,62	5.149,80
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	166.217,22	98.947,95	67.269,27



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Pelo exposto, como existia a DFE e restou incontroversa a infração, a falta de recolhimento do imposto, improcede a alegação da defesa, reputando-se regular o procedimento fiscal realizado. Todavia, em razão do reconhecimento da decadência para o ano de 2013, ação fiscal deve ser considerada parcialmente procedente.

4 – CONCLUSÃO

No uso da atribuição disposta no artigo 79, II, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo Tributário – TATE, aprovado pelo Decreto nº 9157, de 24 de julho de 2000, **JULGO PARCIAL PROCEDENTE** a ação fiscal, reduzindo-se crédito tributário em R\$ 98.947,95, passando do valor original lançado (R\$ 166.217,22) para um crédito tributário **DEVIDO** de **R\$ 67.269,27**, valor esse que deverá ser atualizado até a data efetiva do seu pagamento.

Por ser decisão contrária às pretensões da Fazenda Pública, recorro de ofício à Câmara de Julgamento de Segunda Instância, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 688/96. E, nos termos do § 3º do artigo 132 da Lei nº 688/96, encaminhe-se o PAT para o oferecimento de contrarrazões.

5 – ORDEM DE INTIMAÇÃO

Notifique-se a autuada da decisão de Primeira Instância, e em razão do requerimento da defesa, também de ser enviada para o advogado Valter Ricolato na Rua Mario Quintana, 4725, Alphaville, Bairro Rio Madeira, Porto Velho – RO, CEP 76.821-464 e ao Sr. Adolfo Figueiredo na Rua Professor Walter Fernandes, 381, Bairro Sibipiruna, Araguari – MG, CEP 38.445-254.

Porto Velho, 30 de dezembro de 2021.

JULGADOR